

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



Dissertação

**DESDOBRAMENTOS DA GESTÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O
PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA: GERENCIALISMO,
POLÍTICAS E PRÁTICAS**

Cleber Lixinski de Lima

Pelotas, 2023

Cléber Lixinski de Lima

**DESDOBRAMENTOS DA GESTÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O
PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA: GERENCIALISMO,
POLÍTICAS E PRÁTICAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Currículo, Profissionalização e Trabalho Docente, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Moreira Hypolito

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L732d Lima, Cleber Lixinski de

Desdobramentos da gestão de assistência estudantil para o Proeja no Instituto Federal Farroupilha : gerencialismo, políticas e práticas / Cleber Lixinski de Lima ; Álvaro Moreira Hypolito, orientador. — Pelotas, 2023.

51 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Proeja. 2. Políticas. 3. Gerencialismo. 4. Assistência estudantil. I. Hypolito, Álvaro Moreira, orient. II. Título.

CDD : 370

Cléber Lixinski de Lima

DESDOBRAMENTOS DA GESTÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O
PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA: GERENCIALISMO,
POLÍTICAS E PRÁTICAS

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de
Pelotas.

Data da defesa: 12/01/2023

Banca examinadora:

Álvaro Moreira Hypolito, Prof. Dr. (UFPel)
(Presidente/Orientador)

Maria Cecília Lorea Leite, Prof. Dra. (UFPel)

Gabriel dos Santos Kehler, Prof. Dr. (Unipampa)

Pelotas, 12 de janeiro de 2023.

Sente-se cotidianamente os efeitos das políticas neoliberais de enxugamento da estrutura do Estado com a redução de investimentos sociais, com os processos de privatização e retirada do Estado de setores até então exclusivos que passam a ser gerenciados por setores privados. A lógica narrativa passa a ser pensada em favor do mercado, dada as suas supostas eficientes capacidades de melhor administrar e gerenciar.

(Álvaro Moreira Hypólito)

Agradecimentos

Pretendo aqui, rapidamente expressar meus agradecimentos às pessoas mais próximas que me acompanharam durante todo este processo de escrita e aprendizado, incentivando, cobrando e claro, torcendo muito para que tudo transcorresse da melhor maneira possível.

Foram dias de muita superação, pois ao longo de minha vida profissional e acadêmica jamais havia me deparado com tal experiência, de ser protagonista de um estudo baseado em minhas experiências profissionais, que estão expressas nesse trabalho.

Com muita satisfação e respeito, me reporto ao meu orientador, professor Álvaro, membros da banca e demais professores que contribuíram com suas maravilhosas aulas e experiências profissionais e acadêmicas, sempre presentes e atentos no sentido de transmitir seus conhecimentos, muito obrigado por tudo!

A minha esposa, dedico meus sinceros agradecimentos, por ter conduzido nossa relação pessoal distante do trabalho acadêmico, fato este que me fez acreditar que a capacidade está dentro de cada um, que sim, eu posso, eu consigo, nada é impossível! Obrigado pelos conselhos e dicas que foram de extrema importância em todo processo, obrigado de coração, Letícia, você foi minha base, o tempo todo!

Aos meus pais deixo aqui registrado também, meu muito obrigado, por terem sempre acreditado que eu conseguiria desenvolver meu trabalho, que hoje também faz parte da história de vocês.

Agradeço também aos meus irmãos que mesmo distantes do meu dia-a-dia acadêmico, de alguma forma estiveram presentes nas linhas que pude escrever, principalmente em se tratando de crescimento intelectual.

Por fim, agradeço imensamente a Deus por ter me feito forte e persistente as adversidades que encontrei no caminho até aqui, não foi fácil, mas em ti confiei e contigo hoje estou.

Espero um dia ter a oportunidade de compartilhar dessa história com meu filho João Marcos, que nasceu durante o período em que estive estudando, lendo e escrevendo, com toda certeza isso também devo a ti, meu filho querido, papai te AMA!

Resumo

DE LIMA, Cleber Lixinski. **Desdobramentos da gestão de assistência estudantil para o Proeja no Instituto Federal Farroupilha: gerencialismo, políticas e práticas.** 2023. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação – Área de Concentração em Currículo, Profissionalização e Trabalho Docente – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Este trabalho tem como objetivo geral investigar como a organização da gestão da assistência estudantil do IFFAR vem se desdobrando para atender às demandas dos estudantes do PROEJA na conjuntura atual, considerando aspectos de acesso, permanência e sucesso escolares dos estudantes, e a queda nos investimentos na modalidade com as modificações gerencialistas impostas pelo contexto político neoliberal atual. Relacionando estas políticas públicas proporcionadas pelo PNAES, que por sua vez tem total apropriação no contexto estudantil voltado aos benefícios estudantis, apresentando as políticas desenvolvidas pelo programa e também contextualizar o cenário político que se encontram e suas aplicações no contexto de três campi do Instituto Federal Farroupilha. Ainda, é apresentado como o gerencialismo efetivamente se apropria dentro do desenvolvimento das instituições de ensino públicas proporcionando um belo nicho de trabalho e renda para grandes empresas do setor privado. Analisam-se as questões de gerencialismo, trazendo para o contexto de escola pública, exemplificando suas ações e desenvolvimento relacionado ao contexto escolar. Por fim faz-se uma breve contextualização do PROEJA no Brasil e no Instituto Federal Farroupilha esclarecendo em relação a sua criação, aplicação e desenvolvimento.

Palavras-chave: Proeja. Políticas. Gerencialismo. Assistência Estudantil.

Abstract

DE LIMA, Cleber Lixinski. **Outcomes of student assistance management for Proeja at the Instituto Federal Farroupilha: managerialism, policies and practices.** 2023. Dissertation Master's Graduate Program in Education – Area of Concentration in Curriculum, Professionalization and Teaching Work – Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

The general topic of this work is to investigate how the organization of the management of student assistance at IFFAR has been unfolding to meet the demands of PROEJA students in the current situation, considering aspects of access, permanence and academic success of students, and the fall in investments in this modality with the managerial modifications imposed by the current neoliberal political context. Relating these public policies provided by the PNAES, which is in turn has full appropriation in the student context aimed at student benefits, and also present in a framework the policies developed by the program and also contextualize the political setting that are found and their applications in the context of three campuses from the Farroupilha Federal Institute. Furthermore, it is presented how managerialism is effectively appropriated within the development of public educational institutions, providing a beautiful niche of work and income for large companies in the private sector. Management issues are analyzed, bringing them to the public school context, exemplifying their actions and development related to the school context. Finally, a brief contextualization of PROEJA in Brazil and at the Instituto Federal Farroupilha is made, clarifying its creation, application and development.

Keywords: Proeja. Policies. Managerialism. Student Assistance.

Lista de Figuras

FIGURA 1	Reitoria e Campi do IFFar.....	16
FIGURA 2	Gráfico de resposta.....	33
FIGURA 3	Gráfico de respostas sobre as Políticas Públicas.....	35
FIGURA 4	Gráfico de tempo de atuação na Assistência Estudantil.....	35

Lista de Abreviaturas

AC	Análise de Conteúdo
CAE	Coordenação de Assistência Estudantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJA - EPT	Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional
IFFar	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos

Sumário

1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA.....	0
1.1 Problematização e objetivos.....	10
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO/METODOLÓGICOS	0
2.1 Tipo de estudo	12
2.2 Participantes do estudo.....	13
2.3 Cenário de estudo.....	13
2.4 Coleta de dados	14
2.5 A análise de conteúdo na pesquisa	15
2.6 Análise de Conteúdo de Bardin.....	16
3. ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL	0
3.1 Transformações no conceito de Estado e sua relação público/privado	20
3.2 Arena de negociações na produção de políticas públicas educacionais.....	23
4. CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO TEXTO OFICIAL: PNAES EM FOCO	0
4.1. Breve contextualização histórica do Proeja no Brasil.....	27
4.2 O Proeja no Instituto Federal Farroupilha	29
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	0
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	0
REFERÊNCIAS.....	0
APÊNDICES	44
Apêndice A- Políticas Públicas de Assistência Estudantil.....	0
Apêndice B- Servidores e Alunos do Campus Júlio de Castilhos	0
Apêndice C- Servidores e Alunos do Campus São Borja	0
Apêndice D- Servidores e Alunos do Campus Panambi	0

1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

A temática investigativa da presente pesquisa de dissertação delimita-se aos desdobramentos da gestão de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) voltadas ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), considerando o papel do Estado no cenário neoliberal e seus efeitos na produção de políticas públicas educacionais diretamente ligadas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Ademais, as formas gerencialistas de educação na contemporaneidade, focam-se na proposta de democracia participativa como pressuposto inicial para a promoção de formas mais equitativas e eficientes para a assistência econômica, social e pedagógica dos estudantes. Como supracitado, o recorte do estudo delimita-se ao corpo discente matriculado em cursos do PROEJA, que por sua vez, tem por objetivo oferecer uma oportunidade de conclusão da educação básica, juntamente com a formação profissional, já que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular.

Desde o ano de 2014, o PROEJA tem sofrido fortes impactos nas políticas de assistência estudantil, comprometendo a manutenção do programa (projetado desde 2006) com o intuito de se constituir como política pública de Estado e não meramente uma bandeira de governo.

Desde sua gênese, a partir da elaboração do Documento Base (2006), o PROEJA vem se afirmando como direito de educação pública, gratuita e de qualidade para os trabalhadores.

Para um público que foi historicamente excluído dos processos de oferta de educação formal, a não-manutenção das políticas de assistência estudantil mencionados acima comprometem a permanência dos estudantes na instituição, haja vista a carência, a necessidade e a vulnerabilidade social a que estão expostos. Mais do que isso, compromete a própria continuidade da oferta de formação integrada para estes estudantes que, muitas vezes, vem sendo rotulada como supérflua e onerosa ao Estado.

Nessa perspectiva, sabe-se que a mudança das pautas na agenda política dos governos, modifica substancialmente as prioridades, ou seja, governos que não

consideram a questão de inclusão social por meio de políticas educacionais, geralmente defendem que a educação profissional e tecnológica precisa ofertar um modelo formativo acelerado e eficaz, com vistas à breve certificação e o retorno imediato do estudante trabalhador ao mercado de trabalho.

A máxima veiculada na mídia e nas redes sociais em seus variados formatos é de que, o “trabalhador só precisa saber apertar parafusos”, retomando um período reacionário da educação profissional. Destarte, o PROEJA correlaciona-se diretamente com as demandas do setor de assistência estudantil, o que reforça ainda mais esse discurso, assim como cria as condições ideais para circular a seguinte narrativa social: “a escolarização não é para todos e o Estado não pode arcar com os custos na formação de um discente sem garantias de inserção profissional no mercado e/ou na verticalização de seus estudos”.

Diante de tal realidade, as organizações públicas, como canais diretos da estrutura estatal sofreram e vêm sofrendo fortes impactos em sua organização, planejamento e gestão, acarretando, diante deste movimento controverso entre interesses de uma democracia participativa *versus* interesses da ordem neoliberal, novos e diferentes formatos da estrutura pública, seu papel social e da identidade profissional do próprio servidor público.

Nesse contexto, esta pesquisa surge e se justifica a partir dos embates expostos acima e da vivência profissional do autor, que atualmente ocupa a função de técnico administrativo em educação do quadro efetivo do Instituto Federal Farroupilha desde 2011¹. Desde então, com dedicação exclusiva no setor de assistência estudantil, e durante aproximadamente dois anos, atuou na gestão deste setor. Este trabalho permitiu muitos enfrentamentos e desafios no que diz respeito à defesa da noção de esfera pública, da garantia de direitos do cidadão estudante/trabalhador, especificamente, sobre as políticas de assistência estudantil, que aplicadas desde a criação dos Institutos Federais vem contribuindo para permanência e êxito do sujeito durante o seu percurso acadêmico/profissional na instituição.

No entanto, a pesquisa passou por um processo de delimitação cuidadosa de seu objeto, a fim de que o mesmo esteja claramente estabelecido, considerando-se

¹CLEBER LIXINSKI DE LIMA Assistente de Aluno cleber.lima@iffarroupilha.edu.br
http://lattes.cnpq.br/3400358836034063 Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/contato-jc>
(Acesso em 22/04/2022).

primeiramente as inquietações reais da experiência do sujeito pesquisador, bem como das necessidades do contexto social em que este se insere. Pois se acredita que o objetivo central de todo o ato investigativo cujo *locus* é a instituição pública, pode oferecer uma visão mais apurada dos processos e políticas nela desenvolvidos.

1.1 Problematização e objetivos

Considerando-se o exposto até aqui, este estudo apresenta como problema de pesquisa: **Como a gestão das políticas públicas de assistência estudantil voltadas ao Proeja do IFFAR têm se desdobrado no contexto educacional atual?**

Ademais, são traçados alguns objetivos, com o intuito de tentar responder, mesmo que contingencialmente, a problematização aqui estabelecida. A saber:

Objetivo geral:

Investigar como a organização da gestão da assistência estudantil do IFFar vem se desdobrando para atender as demandas dos estudantes do PROEJA na conjuntura atual, considerando aspectos de acesso, permanência e sucesso escolares dos estudantes, e a queda nos investimentos na modalidade com as modificações gerencialistas impostas pelo contexto político neoliberal atual.

Objetivos Específicos:

- Apresentar um panorama das políticas públicas relacionadas assistência estudantil;
- Compreender como a equipe gestora da assistência estudantil se articula para atender às demandas dos estudantes do PROEJA;
- Analisar as formas de gerencialismo existentes na aplicação das políticas de Assistência Estudantil e de que forma isso acontece;

Sabe-se que toda a organização pública, em seu organograma, prevê o estabelecimento da gestão de seus setores que vão muito além das atividades

estritamente ligadas ao ensino, e que juntos à dimensão pedagógica são canais imprescindíveis para o bom andamento da instituição como um todo proporcionando a garantia dos direitos de seu público.

Então, esta pesquisa buscou situar o papel dos gestores(as) da assistência estudantil e relacionar as atividades de Gestão com as Políticas Públicas ofertadas ao PROEJA, juntamente com os aspectos gerencialistas neoliberais.

Em termos organizativos, o estudo está estruturado da seguinte forma: em um primeiro momento, este o qual se discorre (introdução/justificativa), apresenta a problematização e o(s) objetivo(s), assim como a estrutura do mesmo. Na sequência, abordam-se os pressupostos teórico/metodológicos, enfatizando o seu caráter qualitativo em educação, assim como a implicação na abordagem das políticas públicas enquanto artefatos operacionais e analíticos naquilo que operam as esferas macro e microestrutural.

Neste mesmo sentido, também destaca-se a operação dos dados estatísticos na pesquisa, como forma de dar visibilidade sobre a realidade das políticas de assistência estudantil aplicadas ao Proeja no IFFar ao longo dos anos. E para encerrar a seção, enfatiza-se a opção pela análise de conteúdo (AC) de Bardin (2011), que foi utilizada para análise dos dados gerados na pesquisa.

Na terceira seção, enfatiza-se o papel do Estado na elaboração, circulação e implementação de políticas educacionais no contexto neoliberal, pois a tônica entre Estado e mercado é fundamental para a compreensão crítica sobre política e práticas de gestão. Assim, os pontos abordados discorrem sobre as transformações no conceito de Estado e sua relação público/privado; a arena de negociações na produção de políticas públicas educacionais; o neoliberalismo e seu protagonismo na gestão de políticas.

A próxima seção trata sobre a regulação e o controle na gestão da produção de política para o PROEJA nos Institutos Federais, na perspectiva de que as agências da prática recontextualizam as políticas e produzem efeitos políticos. Destarte, é realizada uma breve retomada histórica do PROEJA no Brasil, assim o mesmo é contextualizado no contexto do IFFar até os dias atuais, com o questionamento: o que “restou” do PROEJA?

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO/METODOLÓGICOS

Antes de especificar como o estudo operou metodologicamente, cabe destacar que defende-se a ideia de que os aspectos metodológicos de uma pesquisa pressupõe o embasamento teórico, pois em estudos qualitativos, não há como delimitar uma separação linear daquilo que é teoria e o que metodologia. Por isso da fusão.

2.1 Tipo de estudo

Foi realizada uma pesquisa qualitativa análise de conteúdo com abordagem no campo das políticas públicas de assistência estudantil, especialmente no que se refere às políticas públicas aplicadas na assistência estudantil.

Foram levantadas questões referentes à aplicação dessas políticas na prática, relacionando com as formas de gerencialismo dentro da gestão da assistência estudantil, e assim levando-se em consideração o que o autor do trabalho já desempenha em suas atividades laborais diretamente no setor de assistência estudantil no Instituto Federal Farroupilha campus Júlio de Castilhos.

A composição do projeto está alicerçada no trabalho de pesquisa qualitativa. Concomitantemente foram aplicados questionários online, cujas respostas analisadas integram-se com base em investigações de sociólogos e teóricos da área da educação e gestão, a saber, BAUER(2013), HARVEY(2008), PAULA(2005), GOMES(2006), FREIRE(1996), HYPOLITO(2007)(2011), BALL(2002), MARX(2017), OLIVEIRA(2011), PACHECO(2010), SANTOS(2002), SAVIANI(2007), ARAUJO(2011), CASTRO(2011), NEWMAN(2012), CLARKE(2012). Insere-se nesse aspecto propostas de análise críticas baseadas nos princípios da Educação Progressista² no que diz respeito à educação de classes populares.

Optou-se pela pesquisa qualitativa pelo fato de esta ser concebida com ênfase na totalidade do indivíduo. Segundo Mayring (2002), a concepção do objeto de estudo qualitativo sempre é visto na sua historicidade, no que diz respeito ao

² A educação progressista se diferencia da educação formal tecnicista deixando de executar propostas de ensino planejadas por equipes diretivas e põem e prática uma pedagogia voltada a luta de classes, inspirada na teoria marxista, visando um ensino que leva em consideração o cotidiano dos alunos dentro do processo de educação, buscando formar cidadãos conscientes e com pensamento crítico em seu contexto social.

processo desenvolvimental do indivíduo e no contexto dentro do qual o indivíduo se formou. Vale ainda explicitar que dentro dessa abordagem metodológica de pesquisa, ocorre um processo de reflexão contínua sobre o comportamento pessoal (daquele que pesquisa) enquanto pesquisador.

2.2 Participantes do estudo

Os participantes da pesquisa incluíram os profissionais ligados à assistência estudantil, mais especificamente a equipe gestora, e o próprio pesquisador no trabalho de investigação acerca de suas concepções enquanto servidor público da instituição. Sobretudo, de acordo com essa abordagem de investigação, as perspectivas de todos os participantes da pesquisa são relevantes e não apenas a do pesquisador.

O contexto sociocultural estabeleceu-se como fio condutor de qualquer análise desenvolvida na referida pesquisa, em que se desenvolveu um processo de interação dinâmica entre o pesquisador e seu objeto de estudo.

Os entrevistados são servidores distintos de formações e cargos, porém todos servidores efetivos e lotados nas Coordenações de Assistência Estudantis dos campi contemplados pela pesquisa.

A pesquisa limita-se a este público de servidores, ou seja, não foi estendido aos demais servidores dos IFs em questão, por não atuarem diretamente na CAE, assim como aos estudantes, pois não possuem um conhecimento mais específico sobre as políticas de assistência estudantil e tão pouco ao PNAES.

2.3 Cenário de estudo

Como cenário do estudo optou-se por concentrar a pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), que tem sua data de criação em 2005, e complementada com a Lei nº 11.892/2008 que transformou as escolas agrotécnicas federais em Institutos Federais, formando assim uma nova rede Federal de ensino público.

Hoje o IFFar é constituído por sua Reitoria, localizada na cidade de Santa Maria e mais onze campi, distribuídos nas cidades de Uruguaiana, São Vicente do

Sul, São Borja, Santo Augusto, Santo Ângelo, Santa Rosa, Panambi, Júlio de Castilhos, Jaguari, Frederico Westphalen e Alegrete.

Dos campi acima citados o autor do presente trabalho optou por aplicar a pesquisa em São Borja e Panambi e Júlio de Castilhos que estão em plena atividade com os cursos de PROEJA, nas modalidades Técnico em Cozinha, Edificações e Comercio.

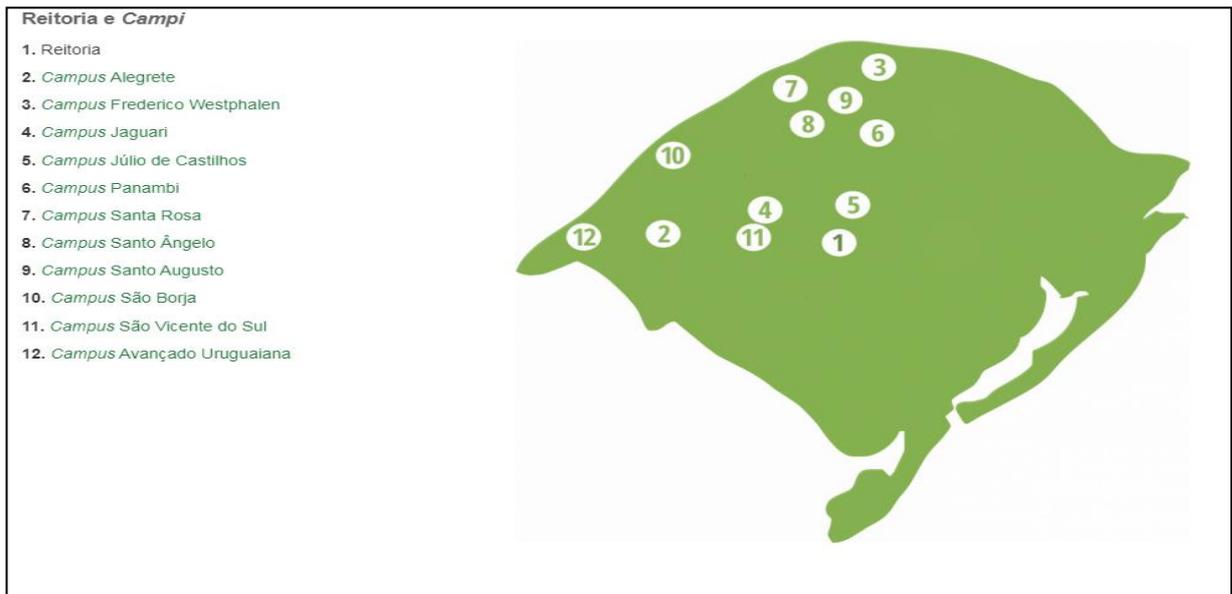


Figura 1 - Reitoria e Campi do IFFar.

Fonte: <https://www.iffarroupilha.edu.br/unidades-iffarroupilha>

2.4 Coleta de dados

Com base na criação de um formulário na plataforma Google Formulários, foram enviados e-mails com o questionário eletrônico contendo questões específicas ao público participante da pesquisa, para analisar suas percepções em relação às políticas de assistência estudantil.

Todos os dados coletados: textos, diálogos formais e informais, dúvidas, questionamentos, entre outros, tiveram grande importância para o desenvolvimento da compreensão como princípio do conhecimento, bem como para a compreensão da realidade através de descobertas socialmente significativas. Como técnica de coleta de dados objetiva-se utilizar a técnica análise de conteúdo de Bardin (2011) e, na parte empírica, questionários online. Conforme Bardin, foi utilizado

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de

conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Para que tal proposta obtenha êxito, os participantes da pesquisa precisam atuar ativamente no processo de investigação. Para isso, foram trazidas questões específicas no contexto das políticas públicas de assistência estudantil que exerceram a curiosidade dos participantes, estimulando o pensamento crítico enquanto sujeitos inseridos no contexto da assistência estudantil voltado aos estudantes jovens e adultos da educação profissional e tecnológica.

Assim, partindo de questões da experiência cotidiana dos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa foi possível compor um panorama com maior clareza do contexto social-político-econômico da gestão e da equipe da assistência estudantil, conseguindo então demonstrar a realidade das ações aplicadas ligando diretamente as necessidades das questões pesquisadas.

Contudo a devolutiva da pesquisa conseguiu aprimorar e agregar um conhecimento específico e realista no que se trata das políticas públicas de Estado e gestão de governo, assim como a gestão participativa, definindo as ações que podem favorecer e valorizar na formação do estudante trabalhador, bem como na sua inserção no mundo do trabalho.

2.5 A análise de conteúdo na pesquisa

Com base nas políticas do Programa Nacional de Assistência Estudantil o objetivo dessa pesquisa analisou se a equipe gestora da assistência estudantil junto ao seu grupo de trabalho aplica, desenvolve e executa essas políticas ao estudante de PROEJA, e também se os alunos do PROEJA têm acesso a essas políticas conforme previsto no decreto N° 7.234, de 19 de julho de 2010.

Também foram analisadas as devolutivas dos questionários aplicados aos participantes, abordando questões relacionadas à aplicação e execução, investimento ou redução das políticas públicas de assistência estudantil por parte da equipe gestora do setor de Assistência estudantil do IFFar dos campi de São Borja, Panambi e Júlio de Castilhos.

As respostas vieram ao encontro dos questionamentos da pesquisa para elucidar de forma objetiva sobre a aplicação dessas ao estudante do PROEJA.

2.6 Análise de Conteúdo de Bardin

A análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em diversos discursos e em várias formas de comunicação, podendo ser um excelente instrumento para auxiliar na análise dos dados da pesquisa.

A organização inicial do material a ser analisado se constitui a partir da “leitura flutuante”, o que sugere uma leitura do material como um todo. Para tal, são destacadas algumas categorias a priori pelo autor (como pressupostos teóricos). Assim ao ler o material será observado se essas categorias aparecem nos conteúdos dos discursos analisados. Ademais, na pré-análise serão organizadas recortes de texto em unidades de categorização.

No processo de análise seguem-se três critérios básicos, que, apontados por Bardin (2011) consistem: 1º) na pré-análise; 2º) a exploração do material; e 3º) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

O corpus de dados a serem analisados consistem em textos legais que orientam as políticas públicas de assistência estudantil e o Proeja, os relatórios de gestão elaborados no contexto do IFFar, assim como a análise do conteúdo dos questionários eletrônicos dos entrevistados. Nesse contexto espera-se analisar o foco das políticas públicas de assistência estudantil relacionadas ao PROEJA, e como a gestão da assistência estudantil e seu grupo de trabalho as executa no que se refere a aplicação das mesmas, levando sempre em consideração principalmente se com a aplicação dessas políticas consegue-se o êxito escolares dos estudantes.

3. ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL

O Brasil tem sido cenário de movimentos contundentes para a reforma do Estado, em específico, a partir da década de 1990, com a efervescência de ideais de redemocratização do país. Movimentos estes que, confluem redemocratização e inovação da reforma, atendendo fortemente aos ditames da nova ordem mundial, o neoliberalismo³.

De um lado, com a iniciativa de inúmeros movimentos sociais têm-se ações que promoveram a abertura política do país e, nesta mesma direção, apresentam-se acordos do mercado internacional, principalmente motivados pelo Banco Mundial com forte ênfase no “desenvolvimento” econômico-social dos países menos desenvolvidos, dentre eles, o Brasil.

Inicialmente cabe destacar que o conceito norteador deste projeto de pesquisa se ancora na noção de democracia participativa que, segundo Boaventura de Sousa Santos (2002), situa-se como uma alternativa que se coloca no campo das teorias não-hegemônicas e como espaço da emancipação social que visa a transformação das relações de poder em relações de autoridade compartilhada. Tal perspectiva, na visão do sociólogo, impulsiona a determinação de uma ação política baseada na criatividade dos autores sociais e parece ser mais bem responsiva à realidade social contemporânea.

Um aspecto relevante nesta abordagem é que a democracia participativa nos moldes do autor supracitado, tem suas raízes em movimentos sociais que indagaram práticas sociais excludentes, por meio de ações que fundaram diferentes formas de controle do governo pelos cidadãos, realizadas a partir de mudanças de práticas sociais dos atores sociais que resgatam tradições democráticas locais antes abandonadas pelas formas de democracia representativas hegemônicas. Destaca-

³ [...] o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio" (HARVEY, 2008, p. 12). Assim como em Antunes (2009) “[...] no advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...] seguiu também um intenso processo de reestruturação produtiva da produção e do trabalho, com vistas a adotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expressões anteriores (p. 33).

se, no entanto, que o formato de novas formas de emancipação social tem seu desenho definido a partir de articulações que se definem em contextos específicos, para oferecer devolutivas a problemas concretos. Trata-se, portanto, de “tirar delas soluções universais, válidas em qualquer contexto” (SANTOS, 2002, p. 71). Dessa forma, para Santos (2002), a democracia participativa constituiria um dos grandes campos sociais e políticos, nos quais a emancipação social está sendo reinventada.

No conceito de Gestão democrática apresentado na LDB 9.394/96 são definidas as normas do ensino público da educação básica, que permitem aos gestores e equipe docente das instituições públicas de ensino promover o projeto pedagógico da escola.

Garantindo assim a participação da comunidade escolar nestas decisões, favorecendo a gestão democrática participativa das bases curriculares dentro das instituições públicas de ensino.

Percebe-se então que os conceitos de democracia participativa e gestão democrática tem fundamentos muito próximos e são reafirmados por lei, fazendo desses conceitos partes fundamentais na articulação e aplicação dessas diretrizes curriculares na educação básica.

Então podemos dizer que as afirmações de Boaventura de Sousa Santos veem a contribuir com a lei de diretrizes e bases como complementares no desenvolvimento curricular.

No modelo gerencialista não se permite uma participação efetiva da sociedade nas decisões do governo, ao contrário do modelo societal⁴, que tem sua vertente no modelo de democracia participativa onde temos a participação popular nas decisões do Estado.

Percebemos que no modelo Gerencial existe uma influência dos organismos internacionais na gestão do Estado influenciando nas ações econômicas financeiras das instituições administrativas, contudo, centralizando o processo de decisão, onde a participação popular, dita existente pelo governo, fica apenas no nível do discurso.

⁴ Manifesta-se nas experiências alternativas de gestão pública, como os Conselhos Gestores e o Orçamento Participativo, e possui suas raízes no ideário dos herdeiros políticos das mobilizações populares contra a ditadura e pela redemocratização do país, com destaque para os movimentos sociais, os partidos políticos de esquerda e centro-esquerda, e as organizações não-governamentais. Ana Paula Paes de Paula CEPEAD-UFMG

Já na Gestão Social podemos analisar também que as questões sociais, de cidadania, no modelo de Gestão Social estão sempre ligadas às lideranças populares, grupos de representações, movimentos sociais brasileiros, sindicatos entre outros engajados na luta pelos direitos dos cidadãos.

Percebe-se que apesar da tentativa de mudança do modelo de administração pública com o governo Lula⁵ ainda não tivemos alterações muito significativas em relação ao modelo anterior desenvolvimentista atrelado ao capitalismo.

Hoje ainda se buscam formas de desenvolver no modelo de administração societal uma ferramenta que contemple as ideias de participação e promoção das questões sociais pensadas para este modelo tão importante para o povo.

A vertente societal, por sua vez, enfatiza principalmente a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, a estrutura do aparelho de Estado e o paradigma de gestão (PAULA, 2005, p.41).

Sabemos que mesmo em um governo popular, de esquerda, temos também de qualquer forma o apelo capitalista nas ações desenvolvidas pelo Estado, que existe e sempre existiu, porém deve ser minimamente compatível com as relações sociais e de trabalho não devendo assim sufocar as políticas sociais de desenvolvimento popular.

Bauer (2013) a conta da crise vem sendo repassada para a sociedade civil, à classe trabalhadora:

[...] difundiu-se, também, a crença sobre a necessidade de enfraquecer a classe trabalhadora e substituir a lógica do pleno emprego, originária na política Keynesiana⁶⁸, para que houvesse a retomada do crescimento produtivo e o aumento da lucratividade dos produtos. Tais princípios inspiraram governos mais conservadores, como Margaret Thacher – na Inglaterra, e Ronald Reagan – nos Estados Unidos, que adotaram como bandeira a redução da ação do Estado no setor público, diminuindo os custos e propiciando a retomada do crescimento econômico (p. 08).

Nesse sentido percebemos como a desoneração do Estado por parte das políticas públicas e investimentos no setor público está vinculada ao desejo dos grandes grupos empreendedores que articulam essas práticas atreladas às políticas de governo para gerar crescimento e movimentação financeira no mercado, contribuindo para seu próprio crescimento de ordem neoliberal.

⁵ Luiz Inácio Lula da Silva, ex-sindicalista, ex-metalúrgico e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), é o 39º presidente do Brasil desde 1º de janeiro de 2023. Foi também o 35º presidente da República, de 2003 a 2011.

A luta da classe trabalhadora, atrelada aos movimentos sindicais, desenvolveram um pensamento que proporciona uma melhor qualidade de vida e de trabalho para o proletariado, visando a necessidade de aplicar o estado de bem-estar social, este denominado “*Welfare State*”.

De certa forma os grupos hegemônicos utilizam-se dessa ferramenta, promovendo e apoiando este pensamento de bem-estar social, sendo assim, conseguem ser diretamente privilegiado com esta política, visto que a maior parte deste investimento nessas ações são do Estado.

É compreensivo que existem um certo acordo entre o Estado e o capital, fazendo uma espécie de parceria onde o Estado garante a grande parte do investimento nessas políticas de bem-estar social e os grandes grupos se promovem por supostamente garantir estes direitos.

A organização dessa linha de pensamento de bem-estar social se organiza na sociedade de forma diferente dependendo das condições que são aplicadas. Em países que investem pesado em educação, por exemplo, existe um aproveitamento muito superior no direcionamento desses recursos ou políticas, ao contrário de países que não investem suficientemente em educação.

Fato este que deixa claro que quanto menor for o nível de ignorância da classe trabalhadora essas medidas sociais terão maiores índices de sucesso.

Então é necessária grande organização da classe trabalhadora fortalecendo assim o surgimento de movimentos sociais alicerçados nas lutas de classes, requerendo melhorias de trabalho e bem-estar social. Esses movimentos são geralmente idealizados por pessoas com um pouco mais de conhecimento, cidadãos com visão social e política.

Assim percebemos que os movimentos sociais têm grande importância no desenvolvimento e criação de políticas públicas de assistência social, visto que a classe trabalhadora uma vez organizada consegue galgar espaço no desenvolvimento social do país, modificando a forma gerencial imposta pelos grupos hegemônicos historicamente dominantes e detentores do poder.

3.1 Transformações no conceito de Estado e sua relação público/privado

Nos tempos em que vivemos podemos analisar inúmeras situações que nos colocam frente a real situação do país, que é direcionada ao gerencialismo da

educação. Podemos perceber claramente que os dirigentes do Estado estão prioritariamente preocupados com questões capitalistas, considerando apenas a pauta do investimento privado. Tal movimento vem atrelado à política governamental, que acaba por sua vez a incrementar a possibilidade de parcerias público-privadas.

Temos aqui um claro exemplo de dominação e direcionamento do ensino a fim de suprir uma necessidade do mercado. Quando falamos em gerencialismo, temos que perceber as infinitas ações desse sistema nas atividades ou instituições públicas, que nesse contexto ficam extremamente vulneráveis a perder sua autonomia educacional, porque as políticas públicas de governo neoliberal ou neoconservador, que estamos vivendo, se colocam a favor do capital, fazendo das ferramentas ou melhor exemplificando, das instituições públicas de ensino, um instrumento para investir em modelos de participação privada com o interesse de gerar receita para investidores e desonerar o Estado de sua missão de garantir educação pública gratuita e de qualidade.

Nessa linha conseguimos perceber que o Estado está voltado a proporcionar um mercado da educação pública, com o discurso que evidencia a ineficácia do ensino e a necessidade de investimento privado. Logo conseguimos visualizar o interesse das parcerias público-privadas nesse meio, muitas vezes não nos damos por conta do que realmente está acontecendo, mas podemos ter certeza que o movimento é para facilitar os megaempresários a ter controle da formação educacional, o que é visto hoje como um negócio muito lucrativo.

O gerencialismo está incutido nas políticas neoliberais e neoconservadoras, gerencialismo esse que possibilita o controle das ações de ensino, direcionando a educação para o devido e esperado fim capitalista; formar para o trabalho.

Relacionado à crise na administração pública e a Reforma do Estado, o termo gerencialismo começou a ser usado na Inglaterra e nos Estados Unidos na década de 1980, nos governos de Magareth Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente, como uma forma de criar estratégias que estimulassem o desenvolvimento econômico em meio à crise que se instalava nas duas nações, incentivando o progresso e a competitividade no cenário internacional (PAULA, 2005).

A formação não exclusivamente deve ser direcionada aos formatos acadêmicos, porém deveria ser ampla a todos os cidadãos. Dessa forma o gerencialismo vem a se colocar de forma necessária nas escolas, com a contratação

de empresas especializadas em gerenciar o sistema educacional, como vou explanar na sequência sobre essa interferência.

O gerencialismo é uma *ideologia* que legitimava direitos ao poder, especialmente ao *direito de gerir*, construídos como necessários para alcançar maior eficiência na busca de objetivos organizacionais e sociais [...] A gerencialização é um processo de *estabelecimento de autoridade gerencial* sobre recursos corporativos (materiais, hu92 Educação em Revista, Marília, v.19, n.1, p. 89-102, Jan.-Jun., 2018 manos ou simbólicos) e tomada de decisão corporativa. (NEWMAN e CLARKE, 2012, p. 359)

Uma forma que percebemos hoje são as inclusões de empresas contratadas para gerenciar o funcionamento das escolas com o intuito de melhorar o desempenho das mesmas. Ocorre que essa transferência de gestão, traz à tona outros problemas que fogem do controle dos professores, como gestores do ensino.

As tecnologias políticas do mercado, gestão e performatividade não deixam espaço para um ser ético, autônomo ou coletivo. Estas tecnologias têm potencialmente profundas consequências para a natureza do ensinar e aprender. (BALL, 2002, p. 19)

Gestão é além de executar ferramentas e métodos, muitas vezes é preciso visualizar o contexto educacional em que os indivíduos estão inseridos, verificando as reais necessidades de aprendizagem.

Este gerencialismo que está sendo imposto a todos os níveis de ensino nos coloca numa situação um tanto difícil, pois é uma forma geral de aplicação de ferramentas de ensino que nem sempre são condizentes com a real necessidade do educando.

Esse modelo de gestão passa a ser incluído na agenda política como proposta inovadora e modernizadora da gestão educativa dos governos latino-americanos para garantia do sucesso escolar, tendo influência direta nos projetos políticos dos governos da região. (ARAÚJO; CASTRO, 2011, p. 90)

Nesta ótica percebemos o quanto esse tipo de ação tem valor monetário no campo da educação, porque essas empresas prestadoras de serviços são extremamente valiosas e competitivas entre si, fator que justifica quando outras empresas do mesmo segmento compram outras para se tornar maior e líder no mercado, e com as parcerias público privadas essas escolas se tornam conhecidas como charter school.

Essas redes de políticas educacionais, tem seus aspectos, mecanismos e desdobramentos políticos ligados a um novo modelo de gerencialismo educacional

mundial, introduzindo assim um grande potencial econômico que se construiu através da abertura dos processos de gestão e fornecimentos de produtos educacionais para o capital externo, atividade esta que desonera o Estado de sua responsabilidade de deter o controle e obrigação sobre desenvolvimento de políticas públicas educacionais.

3.2 Arena de negociações na produção de políticas públicas educacionais

Quando falamos em política, política de governo ou políticas públicas, temos inúmeras situações envolvidas. Nesse contexto podemos verificar que os atuais dirigentes ou Gestores do país estão voltados a iniciar uma política pública de dominação sobre a classe trabalhadora. Conseguimos perceber que apesar de estarem na condução de um Estado País, movimentam suas articulações ao provimento de políticas que potencializam o tecnicismo, que promovem a desqualificação do serviço público em prol de uma ideologia histórico partidária. Podemos assim visualizar que as jogadas de cunho político têm grande tendência em qualificar aquilo que as fazem fortes no contexto onde essas estão ou serão aplicadas.

Pensando em Educação, logo imaginamos possibilidades de ensino e ascensão, que proporcione ao estudante a melhor forma de se desenvolver intelectualmente nas escolas. Porém esse pensamento vem sendo trabalhado conforme o interesse político, ou seja, de interesse pessoal do governo atual, fazendo com que as políticas públicas sejam aplicadas em detrimento do desenvolvimento da sociedade, que pode ser pelo desenvolvimento intelectual ou simplesmente focado no real e atual mercado de trabalho. Atualmente vivemos um governo⁶ de direita extrema que tem como ideologia focar no tecnicismo priorizando a formação para o mercado de trabalho. Esse pensamento não se pode dizer que é errado, porém ele se torna equivocado quando se sobrepõe às demais possibilidades de aprendizagem geral.

Nessa mesma perspectiva, o discurso da pedagogia tecnicista se coaduna com a lógica do modelo de competências ao ter como base uma educação que privilegia a lógica da instrução e a transmissão da informação. Mais

⁶Jair Bolsonaro foi o 38º presidente do Brasil de 1º de janeiro de 2019 a 1º de janeiro de 2023, tendo sido eleito pelo Partido Social Liberal (PSL).

especificamente, o reducionismo tecnicista – em que a formação de professores parte da dimensão acadêmica para a dimensão experimental/instrumental/pragmática e coloca a ênfase nas competências e habilidades dos professores e alunos busca, prioritariamente, o alcance das metas e resultados pré-estabelecidos para assim garantir a *eficiência* e a *produtividade* na educação. Isto posto, o paradigma tecnicista centrado nos conceitos de competências e habilidades se faz presente na organização e funcionamento das escolas, através do método de gerenciamento produtivo-industrial, que por sua vez, tem como base a busca pela qualidade total. (SAVIANI, 2007)

Neste sentido, falando em políticas públicas, voltemos nosso pensamento para a EJA que foi um grande passo na inclusão do estudante trabalhador que não conseguiu sua formação em tempo regular na Rede de ensino pública. Esta política pública tem sofrido com fatores que impossibilitam que seja executada de forma real seu papel nas escolas, incluindo e levando um ensino amplo nas diversas esferas do conhecimento.

Com o gerencialismo na educação pública abriu as portas para um pensamento e ações que retiram o controle da gestão das escolas e introduzem nelas programas ou modelos que servem como base para as demais instituições de ensino, modelos estes que não qualificam a educação, muito menos vem a somar com as necessidades específicas de cada lócus onde a comunidade acadêmica está inserida.

Desse modo, surgem empresas especializadas em organização e gestão escolares, que simplesmente aplicam uma ferramenta de administração conduzindo as atividades escolares para um fim comum, redefinindo os padrões de ensino escolar, tornando toda a estrutura curricular direcionada ao mercado de trabalho ou ao interesse de quem as aplica. Tais empresas que consistem dessa forma de gestão, integram um grupo de organizações que fornecem serviços educacionais, conhecidos mundialmente como Edu-businesses.

4. CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO TEXTO OFICIAL: PNAES EM FOCO

Considerando o quadro exposto na página 47 dessa dissertação, esta seção do estudo objetiva apresentar uma breve contextualização sobre a produção das políticas de assistência estudantil, especificamente sobre o PNAES, que é a política central de análise desta pesquisa.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil foi criado pelo decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, institui o PNAES com a finalidade de ampliação das condições para permanência e êxito dos jovens e adultos estudantes dos níveis superior e técnico nos Institutos Federais de educação ciência e tecnologia, com o intuito de oferecer as condições necessárias para que estes consigam concluir sua jornada escolar e acadêmica.

Nessa fase de ampliação da educação pública, que estava em curso com o governo Lula⁷, podendo por sua vez investir pesado na formação intelectual dos cidadãos, mais precisamente voltado a classe trabalhadora que historicamente foi subjetivada em não pertencer aos polos de ensino, não podendo assim construir um futuro de igualdade e superação, rompendo barreiras antes talvez impossíveis aos olhos do estudante, principalmente do estudante trabalhador.

Entretanto podemos visualizar que as políticas públicas que englobam o PNAES, tem uma imensa parcela na contextualização do cenário da educação brasileira, levando condições de ensino e permanência escolares muito necessárias para este público, principalmente, em relação ao PROEJA, é percebido o quanto possibilita o desenvolvimento intelectual e profissional nas mais diversas áreas do conhecimento e do campo de trabalho.

O PNAES compreende várias esferas da assistência estudantil, traz vários mecanismos e ações de políticas públicas, que englobam, por exemplo:

- Moradia estudantil;
- Alimentação;
- Auxílio transporte;
- Atenção à saúde.

⁷ Luiz Inácio Lula da Silva, ex-sindicalista, ex-metalúrgico e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), é o 39º presidente do Brasil desde 1º de janeiro de 2023. Foi também o 35º presidente da República, de 2003 a 2011.

- Inclusão digital
- Cultura
- Esporte
- Creche
- Apoio pedagógico
- Acesso, participação, e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Desse modo, a assistência estudantil tem como fator primário garantir que estas políticas públicas de assistência sejam aplicadas e garantam ao estudante as condições necessárias para seu sucesso escolar, e aos gestores cabe o objetivo de executar essas ações em detrimento ao exposto decreto, o qual tem a finalidade de ascensão aos direitos dos estudantes.

Assim podemos afirmar que o PNAES tem em sua gênese o objetivo de assegurar inúmeras formas de garantia do estudante em seu processo ou período que permanece nas instituições de ensino. Na visão de servidor do instituto federal de educação ciência e tecnologia farroupilha, posso dizer que estes mecanismos de apoio ao educando são de extrema relevância, pois acompanham o aluno no seu desenvolvimento no decorrer do curso.

As políticas de Assistência Estudantil têm como objetivo garantir que o estudante tenha o mínimo de condições de acompanhar os estudos de forma relacionada a sua vulnerabilidade social, fator que é principal para a existência dessas políticas. É dever da Assistência Estudantil organizar e aplicar esses mecanismos de apoio ao estudante e assegurar que o mesmo consiga acompanhar as atividades escolares com êxito.

Conforme citado anteriormente nas políticas de assistência estudantil do PNAES, é dever do Estado promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico. Com a influência de políticas inovadoras em circunstâncias diferentes das condições reais dos estudantes, estas vem em contrapartida, colocar essas políticas públicas de assistência estudantil em risco, oferecendo outra forma de visualizar a realidade do estudante e proporcionando uma forma diferente e específica de apreciar o contexto educacional, que de certa forma foge a realidade do estudante de PROEJA, pois é

notório que estes estudantes trabalhadores em sua grande maioria tem preocupações e possibilidades diferenciadas do restante dos demais pares que integram o ensino público, trazendo outras discussões para o contexto.

Essas discussões nos mostram o quanto estamos nos distanciando de um processo aplicação e criação de políticas educacionais voltadas ao desenvolvimento educacional de inclusão social, com gratuidade e de qualidade, que deveriam abranger cada vez mais as realidades educacionais que estão à margem de qualquer tipo de programa progressista de educação. E, além disso, percebemos que estas novas formas de gerencialismo estão conseguindo enraizar-se dentro do campo educacional, com a grande falácia de desenvolvimento, inovação e modernização, quando na verdade o real interesse é geração e acumulação de lucro.

4.1. Breve contextualização histórica do Proeja no Brasil

O PROEJA tem como base norteadora a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que é uma modalidade de ensino amplamente difundida na rede pública do Brasil para a oferta de educação de jovens e adultos trabalhadores. O idealizador da EJA foi Paulo Freire, nas suas teses em defesa da educação de classes populares, em especial na proposta de inclusão social sugerida pela Educação Progressista. Concretamente, o referido programa de educação foi regulamentado pelo artigo 37, da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Além disso, é necessário salientar a existência em nosso país de legislação própria para a EJA como o Parecer 11/2000 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA.

Historicamente, a EJA surge no cenário nacional da união e compromisso estabelecido entre a alfabetização e a educação popular, destinando-se a grandes contingentes populacionais. Ao contrário dos programas como Ensino Supletivo com caráter compensatório e aligeirado, a EJA abrange muito mais do que uma mera atualização vocabular: o que antes se denominava como sistema de “ensino” (que se restringe à mera instrução), atualmente alarga-se para o termo “educação”, muito mais amplo, compreendendo os mais variados e complexos processos de formação.

O público da EJA não possui uma necessidade unicamente voltada aos conhecimentos escolares básicos (ler e escrever, por exemplo). O que se percebe por parte dos estudantes é uma expectativa de aprender para a vida. Isso ocorre

porque, conforme Paulo Freire (1996), a “leitura de mundo” antecede a “leitura da palavra”. Não se pode pensar em educação de jovens e adultos sem considerar o “saber de experiência feito” dos sujeitos.

O estudo desses paradigmas teóricos auxilia a compreender de maneira mais apurada as peculiaridades da educação popular. Auxilia, inclusive, a compreender as rupturas realizadas com o sistema hegemônico da política econômica global vigente na sociedade brasileira. Esse movimento de rebeldia sistemática contra as formas e os temas tradicionais e subalternos da educação brasileira dá início à árdua transformação da realidade escolar, através de uma ruptura ética de transgressão das convenções. A partir desse enfoque, a história da educação de jovens e adultos passa a ser desenvolvida rumo a uma educação de autonomia e inclusão social.

Este modelo tradicional e subalterno perdurou até os anos da década de 80 quando foi radicalmente criticado. Em acordo com Hypolito,

[...] a experiência educacional brasileira, no final da Ditadura Militar, foi marcada pela ascensão do pensamento crítico, com forte influência do ideário de Paulo Freire, de Marx e de Gramsci, em um contexto de grandes e potentes mobilizações populares, das quais o movimento sindical docente teve papel destacado. (HYPOLITO, 2007, p. 94)

Tais mobilizações populares e movimentos sindicais começaram a introduzir a ideia de gestão democrática, com conselhos participativos, analisando as necessidades da comunidade escolar. Outra reflexão relevante à luz da leitura de Hypolito é a de que o sucateamento da educação brasileira leva a acreditar que o ensino é ineficiente, a gestão educacional aplica programas para formação de professores e currículos nacionais, também aplicam métodos de avaliação do ensino que são adotados em países como os EUA, essa forma de gerenciar a educação alinhada com políticas de ensino neoliberalistas, nos distancia cada vez mais da realidade dos estudantes brasileiros que necessitam de políticas públicas voltadas a sua realidade, mas que não é interessante a nível de governo pois teoricamente onera o Estado, o que demanda maior investimento e tempo para formação do estudante.

Nesse sentido cabe ressaltar ainda a preocupação com a predominância do modelo gerencialista na gestão da educação brasileira o que se reflete inclusive nos rumos da gestão da assistência estudantil do IFFAR, o que segundo Hypolito, se trata de uma tendência muito mais abrangente e nefasta e não apenas de

perspectiva micro, conforme o autor se trata da própria hegemonia política e econômica neoliberal atuando nas instituições escolares, definindo suas prioridades, escolhas, orçamentos e comportamentos. Sobre esse entendimento o autor declara que

O triunfo do modelo gerencialista deve-se muito a reestruturação produtiva do capitalismo e à hegemonia política e econômica neoliberal. A trajetória da administração escolar no Brasil, esteve sempre em estreita relação com o desenvolvimento das formas de gestão construídas pelo capitalismo no mundo produtivo. Essa influência faz-se presente no momento atual e, nesse sentido, pode-se facilmente encontrar linhas de continuidade com a história da administração da educação. (HYPOLITO, 2007, p.99)

4.2 O Proeja no Instituto Federal Farroupilha

Os Institutos Federais também são caracterizados por possuírem uma estrutura *multicampi*, focando na interiorização da educação profissional e tendo como objetivo central o compromisso com o desenvolvimento regional.

Já na concepção pedagógica possui o trabalho como princípio educativo e a emancipação humana como horizonte. Ou seja, contempla os princípios básicos para construção de uma educação politécnica, proporcionando uma formação crítica e unitária, nas palavras de Pacheco (2010):

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõem é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida. (p.02)

O papel central dos Institutos Federais, segundo Pacheco (2010) está na incorporação de setores sociais historicamente excluídos econômica e socialmente. Esse papel social da Rede resgata o compromisso com a cidadania e transformação social, buscando uma formação humana com vistas à superação da exploração e da desigualdade social. Essa proposta educacional só é possível graças à infraestrutura da Rede, garantindo instalações físicas adequadas como salas de aula, laboratórios, biblioteca, salas especializadas, equipamentos tecnológicos e recursos para custeio de aulas práticas e saídas de campo, constituindo um conjunto fundamental para uma educação de qualidade.

No entanto, para garantir esse ambiente fértil à formação humana é necessário que haja garantia de recursos financeiros adequados, pois uma educação de qualidade não ocorre sem investimento público suficiente. Por se tratar de um programa a nível nacional, o Proeja no IFFar se desenvolve conforme designado em seu processo de criação, seguindo o mesmo contexto em relação as leis e decretos de criação relacionados ao programa.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a análise das respostas dos questionários enviados aos servidores da assistência estudantil foi utilizado um conjunto de técnicas de Bardin (2011). Essas técnicas foram aplicadas no contexto da pesquisa com o intuito de absorver o real sentido do que foi relatado pelos entrevistados. Na pré-análise foram agrupados os dados coletados verificando as respostas em relação às perguntas, na sequência partiu-se para a exploração do material, identificando e fazendo as interpretações dos dados. Logo foi a vez de aplicar a terceira fase da análise de conteúdo, que possibilitou um momento de reflexão crítica no tratamento do conteúdo.

Essa dinâmica na análise de conteúdo possibilitou destacar as dimensões e categorizar as interpretações efetuando uma transformação dos dados brutos em expressões e relatos que contemplavam as questões abordadas na pesquisa.

Todos os entrevistados fazem parte do quadro de servidores efetivos do IFFar, e desempenham suas atividades diretamente ligadas a assistência estudantil em três campi, São Borja, Panambi e Júlio de Castilhos conforme mostra o gráfico abaixo de respostas por campi:

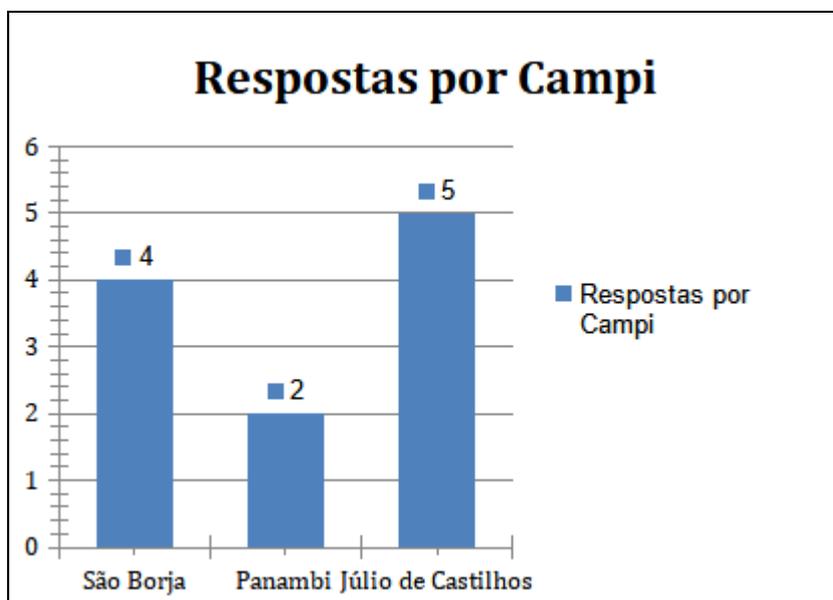


Figura 2 – Gráfico de resposta
Fonte: Autor, 2023

Os profissionais ligados a assistência estudantil dos Campi pesquisados tem atribuições diferentes, porém todas são diretamente relacionadas a aplicação de políticas públicas de assistência estudantil.

Estes profissionais são: Assistentes sociais, Assistentes de alunos, Psicólogos, Odontólogos, Nutricionistas, Médicos, Enfermeiros e Técnicos em enfermagem. Verificasse aqui, que existe uma equipe bem completa nesses campi para atender as demandas dos estudantes de PROEJA, porém é apontado nas respostas dos questionários que os entrevistados percebem que mesmo com todos estes profissionais ainda se tem dificuldades de aplicação e execução das políticas públicas de assistência estudantil, por serem poucos servidores para atender aos vários estudantes dos cursos de PROEJA, contribuindo assim na dificuldade para exercerem as práticas destinadas ao setor de assistência estudantil.

Essa defasagem de pessoal favorece um acúmulo de atividades que refletem diretamente no desenvolvimento e eficiência dos serviços prestados ao aluno, e conseqüentemente traz prejuízo ao público alvo.

Nos campi pesquisados são ofertados os cursos de PROEJA em três diferentes modalidades de cursos, são elas:

Proeja Comércio – IFFar Campus Júlio de Castilhos

Proeja Técnico em Edificações – IFFar Campus Panambi

Proeja Cozinha – IFFar Campus São Borja

No campus de Júlio de Castilhos foi possível constatar um total de 10 servidores da assistência estudantil para um público de 120 alunos matriculados no Proeja Comércio (apêndice B). No Campus de São Borja são 12 servidores de assistência estudantil para um total de 130 alunos matriculados no Proeja Cozinha (apêndice C). Já no Campus de Panambi são nove servidores de assistência estudantil para os 120 alunos matriculados no Proeja Técnico em Edificações.

Todos os participantes responderam que tem conhecimento das políticas de assistência estudantil aplicadas ao PROEJA. Isso nos mostra que os servidores atuam de forma orientada no desenvolvimento dessas políticas públicas, sabendo de sua extrema importância na vida dos estudantes.

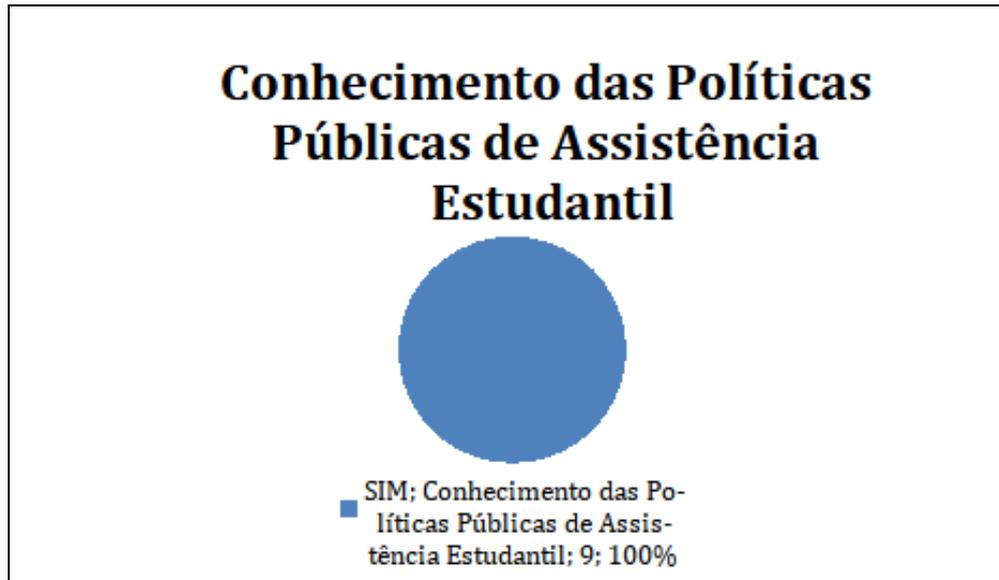


Figura 3 – Gráfico de respostas sobre as Políticas Públicas
Fonte: Autor, 2023

Foi perguntado aos participantes da pesquisa, há quanto tempo atuavam na Assistência Estudantil.

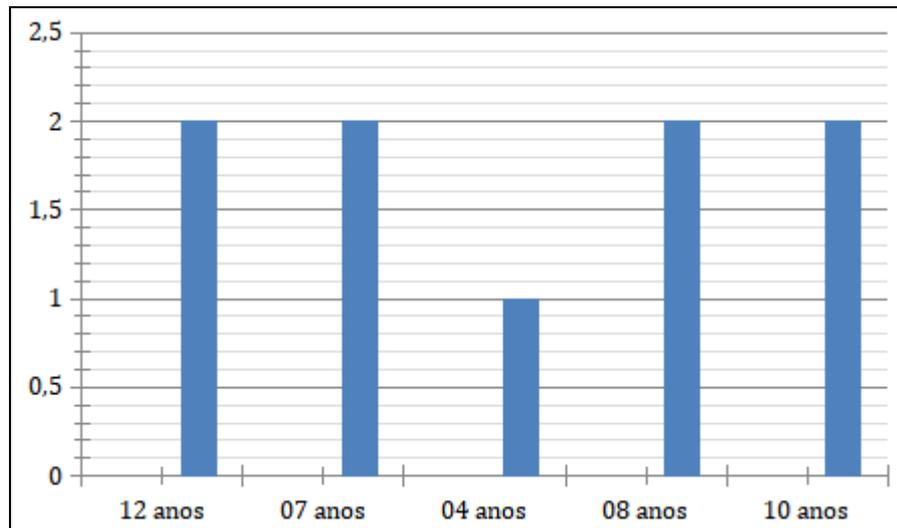


Figura 4 – Gráfico de tempo de atuação na Assistência Estudantil
Fonte: Autor, 2023

Podemos perceber que a maioria dos servidores entrevistados atua na assistência estudantil a mais de 08 anos e no máximo 12 anos, esses dados se justificam pela data de criação dos institutos federais Farroupilha que se deu no ano de 2008, podendo o período máximo de atuação ser de 12 anos. Mas isso também mostra que a maioria dos entrevistados está a um bom tempo, de no mínimo 4 anos desenvolvendo as atividades frente ao setor de assistência estudantil.

No decorrer da pesquisa seguiu-se questionando sobre as políticas de assistência estudantil, perguntando aos entrevistados como são compreendidas essas políticas e aplicações ao EJA.

- ❖ No quadro das políticas públicas de assistência estudantil, como você compreende as suas aplicações ao PROEJA?

Em relação às respostas obtidas, pode-se verificar que os respondentes tem em sua maioria o entendimento de aplicabilidade das políticas públicas aos estudantes da EJA, que por sua vez reafirmam sua importância como mecanismo de permanência desses alunos na instituição, mas também apontam como insuficientes a manutenção do aluno considerando que em sua maioria são estudantes trabalhadores que priorizam seus empregos, e de certa forma muitas vezes não procuram interessar-se de forma mais fidedigna as políticas ofertadas a eles.

Foi também relatado sobre os principais benefícios que os estudantes fazem uso, como: alimentação, auxílio transporte e permanência, entre outros auxílios financeiros, estes elencados como fatores principais para a permanência e êxitos escolares destes alunos.

Também é apresentada a aplicação dessas políticas, englobando todos os profissionais lotados na assistência estudantil, relacionadas a atividades de promoção a saúde, educação em saúde e consultas multiprofissional com atendimentos e consultas individuais, apresentando aqui o desenvolvimento das mesmas no contexto de saúde e bem-estar do estudante.

Desse modo é perceptível que no entendimento dos respondentes fica evidenciado a importância das políticas públicas destinadas a EJA e que sejam priorizadas e ampliadas de forma a garantir que estes estudantes tenham êxito em sua jornada acadêmica.

Na sequência foi questionado se os entrevistados consideram válido o investimento em auxílios estudantis, e consegui obter as seguintes considerações:

- ❖ Em relação ao PROEJA, você considera valido investir em auxílios estudantis para estes alunos? Por quê?

Nessa questão as respostas foram direcionadas às condições socioeconômicas dos alunos de EJA, que na visão dos servidores da assistência estudantil geralmente fazem parte de uma parcela da população que sofre pelas desigualdades sociais e vivem com grande vulnerabilidade socioeconômica.

Também relacionam os alunos da EJA como vítimas do próprio universo acadêmico, que por sua vez foi excludente com relação às necessidades deste grupo de alunos trabalhadores que necessitam de um diferencial na forma de receber educação nas escolas. Evidenciando mais uma vez a necessidade das políticas públicas de assistência estudantil como base para seus êxitos escolares.

Então aqui conseguimos verificar que por se tratar de um público de estudantes historicamente excluído, por muitas vezes pertencerem a um grupo familiar em situação de vulnerabilidade social e conseqüentemente com baixo poder aquisitivo e também em situações de desemprego, tiveram de afastar-se dos estudos, pois precisavam trabalhar para sustentar suas famílias e dessa forma não conseguiram acompanhar os estudos em tempo regular.

Fica claro nas respostas dos entrevistados que a importância das políticas públicas de assistência estudantil aplicadas ao EJA, pois garantem o mínimo de ajuda para que estes alunos consigam permanecer na instituição e concluir seus estudos.

Também foi referido, que com o retorno as atividades presenciais de ensino, tornou-se ainda mais importante e procurado pelos alunos de EJA a oferta a alimentação gratuita oferecida pelos institutos federais e por auxílios financeiros, fatores determinantes da permanência dos alunos, e em consequência do aumento da insegurança alimentar que este público está submetido junto a desvalorização da moeda que por consequência diminuiu o poder de compra desses estudantes.

Em continuidade foi questionado se os entrevistados percebiam que o aluno de EJA sente-se suficientemente contemplado com as políticas públicas existentes, e verificou-se:

- ❖ Em se tratando de oferta de benefícios estudantis, você considera que os alunos beneficiados do PROEJA sentem-se suficientemente contemplados?

Foram alertados para alguns fatores que mostram que a oferta de benefícios estudantis ao aluno de EJA não está sendo suficiente, levando em consideração alguns fatores principais, como a linguagem dos editais de inscrição, que trazem uma linguagem muito culta, ou técnica, e uso de ferramentas tecnológicas que os alunos não estão acostumados a utilizar.

Outra constatação com base nas respostas foi que muito dos alunos do EJA não conseguem apropriar-se dos benefícios estudantis, como alimentação, pois existe o conflito de horários entre estudo e trabalho, dificultando o aluno de chegar a instituição a tempo de fazer uso do refeitório e conseqüentemente ingressar em sala de aula no horário estipulado pela instituição de ensino.

Essa impossibilidade ou incompatibilidade de horários também reflete na manutenção dos benefícios financeiros aos contemplados, pois são mantidos mediante frequência escolar, que nesse caso se torna um problema para sua manutenção ao estudante trabalhador.

Também foi apresentado pelos respondentes que é necessário ampliar o acesso às políticas de assistência estudantil e corrigir os valores dos benefícios financeiros que nos últimos quatro anos mantiveram-se com mesmo valor, não acompanhando o aumento do valor dos bens de consumo.

Em relação aos cursos ofertados na modalidade EJA – EPT pelos Campi pesquisados do IFFar, questionou-se como esta modalidade é vista pelos profissionais da assistência estudantil:

- ❖ Com base na obrigatoriedade de oferta de ensino médio integrado nos Institutos Federais, como você visualiza o papel dos cursos da modalidade EJA - EPT?

As respostas trouxeram um posicionamento voltado a manutenção e ampliação da modalidade EJA nos institutos federais, tanto na oferta de novos cursos quanto no investimento nos cursos existentes.

Todas as proposições retomam a historicidade socioeconômica de vulnerabilidade social do indivíduo estudante trabalhador de EJA, que necessita de apoio para a inclusão social por terem estado a margem do ensino regular e conseqüentemente excluídos do processo formativo de educação.

No momento em que se investe, amplia e fortalece esta modalidade de ensino consequentemente se alcança o objetivo da EJA que é assegurar a conclusão do ensino médio e sua formação profissional. Também foram apontados que para a manutenção do EJA seja também verificado em pesquisas de campo quais cursos seriam de melhor aplicação e aceitação pelo mercado de trabalho onde o sujeito está inserido, pois o mercado de trabalho está sempre se modificando e os cursos ofertados seguem sendo os mesmos ofertados.

Na amplitude das políticas públicas ofertadas pela Gestão da assistência estudantil, foi perguntado se existe alguma que no ponto de vista dos servidores tenha maior importância na aplicação, e foi relatado que:

- ❖ Entre as políticas públicas aplicadas pela Gestão da Assistência Estudantil, existe alguma ou algumas que você considera mais importante?

Nesta pergunta relacionada a maior importância de alguma política pública ofertada pela assistência estudantil foi apresentado como uma das principais a alimentação, tendo em vista que os alunos em sua grande maioria vêm do trabalho direto para a escola, conseguindo assim usufruir do benefício da alimentação no refeitório do IFFar.

Outro benefício elencado como principal foi o auxílio permanência que oferece um valor financeiro para que o aluno consiga se manter com as despesas durante o curso e o auxílio a saúde, que também se mostrou muito procurado pelos estudantes, benefício este que garante a segurança em saúde, com acompanhamento médico de qualidade para os alunos que necessitam do serviço.

No contexto geral do Programa Nacional de Assistência Estudantil foi perguntado aos servidores da CAE quanto a eficiência dessas políticas estudantis e foi observado que:

- ❖ Qual sua opinião em relação ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com base em sua eficiência em oferta de políticas públicas?

No entendimento dos respondentes o PNAES tem extrema importância no desenvolvimento acadêmico dos estudantes de EJA, oferecendo políticas de assistência estudantil que proporcionam a manutenção escolar destes alunos, mostrando que todos os alunos que seja comprovado ter vulnerabilidade social são contemplados com os benefícios oferecidos pelo programa, porém também mencionam que estas políticas necessitam ser ampliadas, pois os estudantes do IFFar são muito demandantes de políticas públicas de assistência estudantil.

Outra questão de relevância é em relação ao orçamento destinado as políticas, que é visível a defasagem orçamentária, implicando assim na abrangência acadêmica do benefício ofertado.

Também é apresentado que a comunidade acadêmica, de certa forma desconhecem os benefícios e alcance do programa e acaba por subaproveitar dos seus benefícios, seja por não compreender ou não perceber que tem direito a ser o principal beneficiário dessas políticas públicas.

Na última questão apresentada aos respondentes foi questionado quanto aos investimentos em políticas públicas nos últimos anos, quanto a melhora ou piora nos investimentos e obteve-se o seguinte entendimento:

- ❖ Em relação aos anos anteriores você visualiza melhoria ou piora nas políticas de assistência estudantil?

Verificou-se unanimidade em todas as respostas apontando para uma piora nas políticas de assistência estudantil, relacionadas à diminuição dos recursos nos últimos anos, afetando o orçamento para manutenção das políticas e também em virtude da defasagem de profissionais para atender as demandas dos estudantes da EJA.

Outro questionamento nesse sentido foi a introdução da tecnologia para inscrição nos processos seletivos da EJA, que culminou em dificultar que o indivíduo efetue sua inscrição devido ao pouco ou nenhum conhecimento de informática, pois grande maioria dos interessados pelos cursos de Proeja não tem acesso à tecnologia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de pesquisa, foram tratados de alguns assuntos que direcionam para as devolutivas recebidas, que mostram a preocupação com a falta de investimentos de recursos financeiros e de pessoal para a manutenção do processo de educação nos institutos federais pesquisados.

Conseguiu-se verificar que grande maioria dos entrevistados reportaram a grande importância das políticas públicas de assistência estudantil, principalmente no que se refere à manutenção do estudante de PROEJA na instituição, mostrando que em sua maioria os estudantes necessitam de incentivo financeiro ou até mesmo receber oferta de alimentação no refeitório do campus para garantir sua permanência, o que nos últimos anos não tem se efetivado na oferta para a modalidade.

O presente trabalho teve como objetivo transcrever de forma pontual e clara as políticas públicas de assistência estudantil ofertadas pelo PNAES, e suas aplicações no Instituto Federal Farroupilha com foco no Ensino de Jovens e Adultos – EJA.

Foram feitas discussões com autores que trabalham os temas relacionados a políticas públicas, gerencialismo e educação de jovens e adultos, trazendo para o texto a problemática desenvolvida durante o processo de escrita e pesquisa. Durante o estudo pode-se observar que as políticas de assistência estudantil existentes e ofertadas pelo IFFar são em sua maioria desenvolvidas de forma satisfatória, porém ainda com entraves que são expressados principalmente por insuficiência financeira, fator que implica diretamente na aplicação das mesmas.

É bastante compreensível que a Gestão dos Institutos Federais tenha, de certa forma, condições para aplicar essas políticas, mas não consegue fomentá-las conforme sua necessidade, o que não é muito interessante, pois quando a Gestão não organiza conforme seu interesse ela pode acabar ignorando alguns fatores como, necessidade do estudante e vulnerabilidade social, que são os principais elementos para ser concedido algum tipo benefício financeiro ao estudante de EJA. Essa realidade se justifica porque as diretrizes orçamentárias e de aplicação são definidas de forma centralizada pela unidade Gestora maior, Reitoria, e logo transmitida de forma a cumprir-se para os Campi do IFFar, e esse padrão definido

contribui para uma má distribuição ou além disso, para que muitas vezes o estudante de EJA não seja contemplado na sua necessidade conforme a sua realidade, pois é sabido que cada região onde o aluno se encontra existe dificuldades e realidades diferentes, que se mostram de diferentes formas, como, dificuldades financeiras, de deslocamento, de acompanhar os estudos por conta do horário de saída do trabalho que muitas vezes ocorre após o horário de início das aulas. Enfim estes estudantes tem peculiaridades e situações pontuais que precisam ser observadas para que seja possível sua manutenção no sistema de ensino.

Para tanto, também se observou que a destinação de recursos financeiros e apoios como alimentação gratuita são as principais necessidades dos estudantes de EJA, pois por muitas vezes são esses benefícios que mantêm os alunos na instituição, ou seja, que contribuem para a continuidade da formação e consequentemente com o êxito escolar destes estudantes.

No geral, todas as políticas públicas de assistência estudantil tem sua importância dentro do quadro de oferta pela Gestão da assistência estudantil, mas como verificado na pesquisa pelas respostas dos entrevistados pode ser visualizado que as principais são recursos financeiros, moradia e alimentação que tem maior procura e necessidade pelos alunos de EJA.

Diante disso é possível concluir que a produção de políticas públicas para o Proeja nos últimos anos esteve estagnada, sem avanços ou implementação de novas ações que proporcionem assistência aos estudantes, apenas foram mantidas as políticas existentes, contudo sem aumento de investimentos, obrigando a Gestão da assistência estudantil a se reestruturar com base nos recursos financeiros mínimos, conduzindo a aplicação das políticas públicas de assistência estudantil de forma genérica às necessidades pontuais dos discentes.

Durante o processo de escrita foi visualizado com base nos relatos dos profissionais da assistência estudantil dos Campi que a falta ou má distribuição dessas políticas públicas contribuem negativamente no processo formativo dos estudantes de EJA, retendo, excluindo ou até mesmo impedindo que esta fatia da sociedade tenha condições mínimas de acesso à educação pública.

Finalmente, considera-se que esse processo de corte no orçamento público atingiu diretamente a estrutura organizacional da gestão dos campi, que precisaram se reinventar para garantir a manutenção, mesmo que reduzida, das atividades destinadas ao PROEJA, nesse contexto, muito se perdeu e muito se deixou para

trás em termos de oferta, permanência e êxito educacionais, o que nos remete ao entendimento macro de gerencialismo que vêm operando de forma pouco visível, mas muito eficaz, nas tomadas de decisões do Estado, culminando especificamente no desmonte da oferta de educação profissional para jovens e adultos. Ao encontro disso, Hypolito esclarece que

Atualmente, o neoliberalismo assume outras facetas, transfigura-se em modelos aparentemente democráticos, que se hibridizam e formam o que se pode nomear como gerencialismo, cujo critério básico reside em tornar a administração pública mais eficiente, em harmonia com os interesses do mercado e a ele submetida. O que se poderia genericamente designar modelos pós-fordistas de gestão aplicados à gestão pública. (HYPOLITO, 2011, p. 65)

O que de fato é o que se visualiza após a investigação feita: uma assistência estudantil penalizada a partir dos cortes orçamentários que precisou se render, mais do que nunca, às práticas gerencialistas, sufocando seu caráter democrático e humanizador, impactando em redução de matrículas e principalmente de permanência do estudante trabalhador. Diante dessa realidade, torna-se urgente a retomada de produção de políticas públicas de assistência estudantil, bem como, organismos de gestão interna que se comprometam com os pressupostos de uma gestão social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C, **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª Ed. - São Paulo, SP – Boitempo, 2009.

ARAÚJO, S. de.; CASTRO, A. M. D. A. **Gestão educativa gerencial: superação do modelo burocrático?** Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 81-106, jan./mar. 2011.

BALL, Stephen. **Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade**. Revista Portuguesa de Educação. Vol. 15, num. 2, 2002, pp. 2-23 Universidade do Ninho, Braga, Portugal.

BARDIN, L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BAUER, Adriana. Avaliação e desempenho de professores: pressupostos e abordagens. In: GATTI, Bernadete A. (Org.). **O trabalho docente: avaliação, valorização, controvérsias**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm> Acesso em: 22/02/2022.

Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em: 20/03/2022

Lei nº. 9394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 13/02/2022.

Ministério da Educação. **PROEJA - Documento Base**. MEC, SETEC: Brasília, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

GOMES, Flavio Guedes. **Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil**. *RAP - Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 40(2): 201-36, Mar./Abr. 2006.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas educacionais e políticas de gestão no Brasil. In: GHIGGI, G.; VAN-DUNEM, J. O. S. (Org.). **Diálogos educativos entre Brasil e Angola**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPel, 2007.

Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. Educação: Teoria e prática, Rio Claro, Vol. 21, n. 38, Período out/dez – 2011. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/5265/4147>> Acesso em: 13/02/2022.

MARIANO, Cynara; **Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos**. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 259-281, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/313831062_Emenda_constitucional_952016_e_o_teto_dos_gastos_publicos_Brasil_de_volta_ao_estado_de_excecao_economico_e_ao_capitalismo_do_desastre> Acesso em: 13/02/2022.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAYRING, Ph. Einführung in die qualitative Sozialforschung: Eine Anleitung zu qualitativer Denken [**Introdução à pesquisa social qualitativa: uma orientação ao pensamento qualitativo**]. Weinheim: Beltz. [tradução Hartmut Günther], 2002.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. **Gerencialismo. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, Abril-Junho, 2011. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 12/03/2022.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf> Acesso em: 13/03/2022.

PAULA, A. P. P. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social**. In: *Revista de Administração de Empresas*. v. 45, n. 1, São Paulo, 2005.

SANTOS, B. Sousa. **Democracia e participação**. Porto: Afrontamento, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

APÊNDICES

Apêndice A- Políticas Públicas de Assistência Estudantil

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
Programas	LINHAS DE AÇÃO
Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES	Moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso - participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação
Programa de segurança alimentar e nutricional para o estudante 29 de março 2011	Garantia do acesso à alimentação adequada, sensibilização e orientação nutricional
Programa de ampliação do acesso ao Instituto Federal de Educação ciência e Tecnologia Farroupilha 30 de março de 2012	Ações afirmativas, isenção da taxa de inscrição de ingresso, articular as ações com setores responsáveis por ações inclusivas, outras ações que visem ampliar o acesso ao instituto.
Programa de apoio à permanência 30 de março de 2012	Moradia estudantil, alimentação, transporte, apoio aos estudantes pais, apoio a permanência
Auxílios financeiros estudantis	
Auxílio a participação de eventos	Benefício para custeio de despesas em eventos ligados ao curso
Auxílio ao estudante atleta	Benefício incentivo ao esporte
Bolsa auxílio permanência 2010	Benefício para custeio de despesas gerais do estudante
Auxílio transporte	Benefício para custeio do deslocamento do aluno até o campus
Auxílio eventual	Benefício concedido ao aluno em situações específicas de vulnerabilidade social

Fonte: Autor, 2023

Apêndice B- Servidores e Alunos do Campus Júlio de Castilhos

Quadro de servidores da assistência estudantil Campus Júlio de Castilhos	
Profissional	Quantitativo
Assistente Social	1
Assistente de Alunos	2
Psicólogo	2
Enfermeiro	1
Téc. Enfermagem	1
Dentista	1
Médico	1
Nutricionista	1
Total	10

Fonte: Autor, 2023

Alunos matriculados no curso de Proeja Comércio IFFar JC	
Proeja Comércio	Matriculados
Proeja 1º ano	50
Proeja 2º ano	40
Proeja 3º ano	30
Total	120

Fonte: Autor, 2023

Apêndice C- Servidores e Alunos do Campus São Borja

Quadro de servidores da assistência estudantil Campus São Borja	
Profissional	Quantitativo
Assistente Social	1
Assistente de Alunos	4
Psicólogo	1
Enfermeiro	1
Téc. Enfermagem	1
Dentista	1
Médico	1
Nutricionista	1
Assistente Administrativo	1
Total	12

Fonte: Autor, 2023

Alunos matriculados no curso de Proeja Cozinha IFFar São Borja	
Proeja Técnico em Cozinha	Matriculados
Proeja 1º ano	60
Proeja 2º ano	45
Proeja 3º ano	25
Total	130

Fonte: Autor, 2023

Apêndice D- Servidores e Alunos do Campus Panambi

Quadro de servidores da assistência estudantil Campus Panambi	
Profissional	Quantitativo
Assistente Social	1
Assistente de Alunos	2
Psicólogo	1
Enfermeiro	1
Téc. Enfermagem	1
Dentista	1
Médico	1
Nutricionista	1
Total	09

Fonte: Autor, 2023

Alunos matriculados no curso de Proeja Edificações IFFar Panambi	
Proeja Técnico em Edificações	Matriculados
Proeja 1º ano	50
Proeja 2º ano	40
Proeja 3º ano	30
Total	120

Fonte: Autor, 2023